

Mídia e agrotóxicos no agronegócio do capital, envenenamento humano e simbólico do planeta

Media and Pesticides in the Capital Agribusiness, Human and Symbolic Poisoning of the Planet

Nilton José dos-Reis-Rocha

Universidade Federal de Goiás

niltin.rocha@gmail.com

Dagmar Olmo-Talga

Universidade Federal de Goiás

ddtalga@hotmail.com

Fecha de recepción: 4 de mayo 2016

Fecha de recepción evaluador: 6 de mayo de 2016

Fecha de recepción corrección: 11 de julio de 2016

Resumo

Este artigo se propõe a refletir, do ponto de vista dos movimentos sociais populares e povos originários, as possibilidades de respostas, coletivas e sustentáveis, aos impactos do agronegócio sobre a natureza e tudo que ela comporta, os seres humanos e não-humanos, bem como o envenenamento do que vai à mesa da população, urbana e rural, nos cerrados centrais do Brasil. Ou seja, os efeitos devastadores dos agrotóxicos sobre a saúde humana, tanto dos trabalhadores diretamente implicados nas dinâmicas de produção no campo como dos que consomem os alimentos aí produzidos. Bem como, ainda, sua ingerência decisiva no aprofundamento dos conflitos pela terra e na tentativa,

inclusive, de criminalizar os movimentos sociais e bloquear seus projetos de produção agroecológicos. Ou seja, muito além de uma mera aliança com esta lógica de produção, o agronegócio, os meios de comunicação convencionais, na realidade, são parte constitutiva dessa franja do capital, como diria Halimi (2003), a quem servem mesmo que sustentem - numa mega-narrativa bem articulada (LANDER, 2005) - pseudas aspirações democráticas e neguem, dia após dia, tais estragos sobre vida humana. Uma questão decisiva à humanidade. E um campo de luta simbólica, novo, a essa gente dos cerrados se deseja salvar-se e levar com ela o planeta.

Palavras-chave: Mídia; Agrotóxicos; Agronegócio; Cerrado.

Abstract

This article aims to reflect the point of view of popular social movements and indigenous peoples, the possible responses, collective and sustainable, the impact of agribusiness on the nature and all it entails, humans and non-humans as well as the poisoning of going to the table of the population, urban and rural, in the central savannas of Brazil. That is, the devastating effects of pesticides on human health, both directly involved workers in the production dynamics in the field and those who consume the food produced there. And also his decisive intervention in deepening conflicts over land and trying even to criminalize social movements and block their agroecological production projects. That is, beyond a mere alliance with this logic of production, agribusiness, conventional means of communication, in fact, are a constituent part of this capital fringe, as Halimi would say (2003), who even serve to support - a well articulated mega-narrative (LANDER, 2005) - pseudas democratic aspirations and deny it, day after day, such havoc on human life. A decisive issue for humanity. And a symbolic battlefield, again, these people gritted if you want to save and take with it the planet.

Keywords: Media; Pesticides; Agrobusiness; Cerrado.

Introdução

Os cerrados centrais do Brasil - seus povos e culturas - se apresentam voluntariosos, ainda que isto possa provocar, de início, alguma estranheza, como o lugar de fala desse texto. Gente que, num longo processo e há 18 mil anos, ocupou e co-evoluiu com os cerca de 2 milhões de quilômetros quadrados existentes no país e, de modo especial no caso, o Planalto Central e seu entorno humano e geográfico. Em resumo, o espaço não é pré-existente às mulheres e aos homens. Coerente, então, com estas visões filosóficas, que determinam a sua trajetória, é possível compreender, um pouco mais, a dimensão do conflito entre a concepção capitalista do mundo e a desses povos, onde a

reciprocidade, com o outro e com a natureza, sempre foi à base que dá sustentação às sociedades, que aí existiram e existem.

Quando se fala em povos dos cerrados, neste esforço de reflexão, se estabelece, de entrada, dois componentes determinantes na compreensão das sociedades brasileiras: esta multiplicidade (no plural) que é negada e, ao mesmo tempo, devorada pela tirania dos limites da língua portuguesa e das elites que, no seu afã de unicidade, não admite esta diversidade de sujeitos, povos e nações em um mesmo território tido como nacional; e, por isto mesmo, a conformação de classes sociais termina tendo sua base, no monopólio das terras, por brancos e seus descendentes crioulos. O que, para Porto Gonçalves, etniza a estrutura de classes sociais entre nós:

A questão agrária emerge hoje não só em suas dimensões sociais e política, mas também epistêmica, impulsionada por movimentos que explicitam suas reivindicações territoriais, sejam eles afrodescendentes, indigenatos e povos originários, além de outros como os seringueiros, geraizeiros, retireiros (Rio Araguaia) (Porto Gonçalves, 2006, p.166).

O espaço geográfico, onde sujeitos sociais atuam e vivem, ocupa, portanto, um lugar de destaque na trajetória histórica dos povos que se constituíram neste bioma, embora a história da humanidade tenha sido escrita, em certos casos, “sem levar em conta as influências do mundo natural” Ou seja, como salienta Ribeiro, parcelas minoritárias dos seres humanos reservam para si o centro da ação e situam a natureza apenas como cenário, “um pano de fundo estático e perene, sem qualquer importância no desenrolar dos fatos sociais colocados em primeiro plano” (Ribeiro, 2005, p.18).

Para o autor, a opção por este paradigma está na relação mesmo da chamada civilização ocidental e a natureza, bases em que a ciência moderna¹ foi construída. A subordinação de outras civilizações apenas a um clivo, nos limites autoritários da disciplina História – onde foram desconsiderados outros tipos de conhecimentos e de escrita que não fossem os seus – tende a levar em conta apenas um tipo de esforço “no controle direto e a exploração de muitas espécies em benefício de uma só: *o homo sapiens*”, (Alfred Crosby cit por Ribeiro, p. 18), desde que cristão e branco em certo sentido.

Nessa perspectiva, pensar e compreender as culturas e povos dos cerrados passa, necessariamente, a considerar *sociedade-e-espaço* como dimensões que não se excluem ou se precedem, lógica e ontologicamente, “porque uma sociedade não se organiza primeiro para, depois, constituir o seu espaço geográfico ou vice-versa”. O território, assim, deixa de ser algo externo, base sobre a qual a sociedade se erige, como queria Hegel. “Ao contrário, o território é constituído pela sociedade no próprio processo em que tece o conjunto das suas relações sociais e de poder” (Porto Gonçalves, 2003).

Os diferentes movimentos sociais e povos, reconhece Porto Gonçalves, re-significam o espaço e, desta maneira, no uso de novos signos “grafam a terra, geografam, reinventando a sociedade”. Em resumo, a Geografia, mais recentemente, deixa de ser um substantivo e torna-se em verbo – “ato de marcar a terra”. Desta maneira, a dialética *entre o ser e o dever ser* não se conforma enquanto uma categoria abstrata, mas de dá “no chão concreto das lutas sociais, nas lutas sociais” (p.5). Na realidade, um elemento que vai além das culturas camponesas:

Os cerrados, como esferas do sertão, tomados, aqui, sempre como *sociedade- e - natureza* no planalto central do país (Ribeiro, *op. cit.*, p.17). Ou ainda, as pequenas humanidades (Santos, 2006) que, oriundas de *movimentos ou andanças*, se constituíram nesta parte do mundo e, aí, construíram maneira de pensar e de ser, numa relação direta com os espaços que ocupavam ou desocupavam. Um olhar de longa duração, no caso, será mais pertinente no aproximar, com maior segurança, dos elementos que compõem o universo e o imaginário dessa gente simples, o *homo cerradensis*. (Pádua, 2011). Ou, simplesmente, cerradeiro (Mendonça, 2011).

Uma civilização da reciprocidade, os cerrados

O grande bioma do platô central brasileiro, geologicamente, se constitui nos intensos movimentos biofísicos da Terra, nos últimos 225 milhões² de anos (Cunha, 2010, p.17), e recebe seus primeiros grupos humanos há cerca de 18 mil anos, e tem na *Tradição Itaparica* (Barbosa, 2002), 6 mil anos mais tarde, a sua afirmação, mais sólida, como culturas específicas dos cerrados. Além dos Goyá, outros povos³ habitaram, há séculos ou milênios, esta região, como os Carajá (Javaé e Xambioá), Tapuia, Avá-Canoeiro, Caipó, Xavante, Tapirapé, Bororo, Krahô, Krahô-Canela, Apinagé.

Ao se constituírem como *culturas de movimento*, em respeito ao potencial e especificidades da natureza rica e diversa onde viviam, os cerrados, estes *andarilhos da claridade*, para Barbosa, fornecem, de uma maneira concreta, pistas que levam a identificar as características de parte do modo de vida dos primeiros grupos populacionais humanos que, de maneira “mais duradoura, exploravam e planejavam esse tipo de ambiente. Suas migrações se davam mais frequentemente pelos ambientes com claridade” (Barbosa, 2002: 25).

Para o autor, o estudo das populações humanas de economia simples, segundo ele centrada, na caça e na coleta: “somos inclinados a conceber os caçadores e coletores como pobres porque não possuem nada; talvez seja melhor [...] pensar neles como *livres*” (Marshall. Sahlins cit. Ribeiro, 2005, p. 28), nesta relação com a natureza, ou seja, a cobertura vegetal, pode se constituir em elemento fundamental para compreender os processos culturais construídos por estas comunidades, as estratégias de ocupação e exploração e, ainda. Se chegar ao conhecimento dos tipos de planejamento utilizados

nesse longo processo histórico (2002, p. 350). O que permitiria, em resumo, considerar o espaço, ou seja, a natureza, como um elemento decisivo neste processo:

As populações que dominavam a tecnologia, que criaram a indústria que constitui a *Tradição Itaparica*, colonizaram uma área de grandeza espacial, com cerca de dois milhões de quilômetros quadrados, desde Mato Grosso, Goiás, Tocantins, até áreas com cerrados no oeste da Bahia, norte e oeste de Minas Gerais e áreas com enclaves de cerrados em ambientes dominados pelas caatingas do nordeste brasileiro, notadamente, Pernambuco e Piauí. Essas localidades, classificadas na forma de categorias espaciais, revelam o alcance dessa *Tradição* e a maneira homogênea de organizar o espaço (Barbosa, 2002, pp. 321-322).

Elementos que, interligados e interdependentes, asseguram a constituição e a continuidade da vida humana neste bioma. Não existe, para esses povos, uma separação entre sociedade e natureza, universo em que o trabalho entra como prática rotineira prioritária de um referenciar ou um gesto partilhado de criação e não, necessariamente, o estocar. Pois, os povos *do Cerrado*, “como em outras regiões, guardam uma profunda relação de respeito e reciprocidade” com a natureza, dentro de “uma ética que valoriza mais a doação e a reciprocidade do que a propriedade” (Ribeiro, 2005, p. 28):

O acesso aos recursos naturais é franqueado a todos e a partilha é a regra básica em relação aos recursos encontrados. Há, no entanto, restrições ao uso indiscriminado de alguns elementos do mundo natural, com forma de protegê-los e assegurar sua perpetuação. Essas restrições são próprias de culturas que quase não armazenam recursos para o seu consumo posterior, sendo acusadas de “imprevidentes” pelos *civilizados*, que se esforçam em acumular recursos, mas não se preocupam com a sua reprodução natural (Ribeiro, 2005, 28).

Descompasso a que Ribeiro chama de “*a reciprocidade não apreendida*”. O colonizador português, na conquista, foi obrigado a aprender, com os povos locais, as técnicas e tecnologias indispensáveis para a sobrevivência no sertão⁴, mas não conseguiu, depois, incorporar a mesma ética, de equilíbrio racional, na relação com este ou outros biomas, do ponto de vista material, humano e imaginário. Herdeiro de uma visão privada do mundo, não lhe faltaram estímulos da sociedade a que estava vinculado: “[...] *se dedica a explorar o que interessa e a destruir o que atrapalha*” (Ribeiro, 2005, p. 129).

Racionalidade *outra* que, orientada por uma cosmovisão holística onde os humanos (e não-humanos) e natureza compõem um todo, em que a interdependência entre eles não impede o uso das possibilidades naturais existentes. O que, ao mesmo tempo, desafia às técnicas e tecnologias do agronegócio que, na produção de bens materiais e grão, esgotam estas mesmas possibilidades no presente e no futuro e, revelam sua incapacidade ética em repensar seus instrumentais e objetivos. Ou seja, alta produtividade que sangra o meio ambiente num processo acelerado de desertificação:

Grandes áreas de Cerrado são derrubadas a cada ano para dar lugar à pecuária e aos monocultivos de soja, eucalipto, cana-de-açúcar e mamona. A expansão dos

monocultivos sobre o bioma gera perda de biodiversidade, expulsão e encurralamento de populações tradicionais, escravização de trabalhadores, poluição das águas e a erosão do solo, com riscos de desertificação (Carta Povos dos Cerrados, 2007).

Muito além de uma resistência comunitária ao progresso, mas uma determinada exigência em, com base numa outra racionalidade histórica e vivencial, questionar, de maneira radical, o formato desse projeto de desenvolvimento como em apontar, no curto e no longo prazo, os limites e riscos de suas aspirações. Sábios desses e de outros povos, como conhecedores milenares desses ambientes como das técnicas e tecnologias racionais de sua exploração equilibrada, alertaram sempre para os riscos de uma ação predatória sobre a natureza na produção de bens materiais.

Los eruditos y activistas de estudios ambientalistas no sólo están siendo confrontados por los movimientos sociales que mantienen una fuerte referencia al lugar - verdaderos movimientos de apego ecológico y cultural a lugares y territorios - sino que también confrontan la creciente comprensión de que cualquier salida alterna debe tomar en cuenta los modelos de la naturaleza basados en el lugar, así como las prácticas y racionalidades culturales, ecológicas y económicas que las acompañan (Escobar, 2000: 113).

Terra-território, como lugar ampliado, continua como questão central cotidiano destes povos. E, percebe-se, no estudo das lógicas de ocupação e nas ambições da mundialização, também para o capital. Algo explicita nos discurso da *midia-suporte* e calcado nas teorias sociais e econômicas, reduzindo o sentido do lugar para se adequar à desterritorialização, em duas direções: concentrar a população em grandes centros urbanos, para centralizar o consumo, e fazer uma varredura estratégica no campo para, em seguida, o agronegócio capitalista se instalar e alimentar às metrópoles parasitárias.

A marcha, o Estado autoritário e os embates simbólicos

A *Marcha Para o Oeste*, programa do governo Vargas, que acabara de assumir o poder via golpe militar, em 1930, é a base estratégica para se ocupar o interior do país, assegurar matérias primas para a incipiente indústria nacional, além de alimentos para sustentar a segunda-grande guerra e, internamente, as grandes cidades. Ação que, no pós-guerra, com o governo Dutra (1946-51), se acentua pela necessidade, também estratégica, de se ligar o restante do país à região amazônica e continuar ofertando alimentos à Europa. A cidade de Goiânia, portanto, surge como base física estratégica de ocupação.

O avanço do capitalismo no campo, no entanto, vai se dar de maneira lenta até à construção de Brasília, como nova capital do país e instalação do distrito federal em território do Estado de Goiás, e se acelera, de maneira vertiginosa, depois do golpe de Estado, que depôs o governo João Goulart, em 1964, e interrompe a proposta de reforma agrária mais profunda, embrionária no discurso das Ligas Camponesas. Dá-se, então, uma

militarização da reforma agrária (Martins, 1985), e o Estatuto da Terra efetiva a mecanização do campo na perspectiva dos bancos.

Inserida no contexto de uma guerra alimentar (Bessis, 1979)⁵, ou seja, numa estratégia global para se garantir, com a mecanização do campo, uma base de alta produtividade, para exportação. Ao mesmo tempo, articular uma rede interdependente entre produção agrícola de exportação e o seu controle- via crédito, gestão rede de produção, logística para armazenar e transporte – dentro de uma política internacional de preços e de chantagem. Em resumo, etapa mais avançado do capitalismo nos passa, de maneira obrigatória, por um certo retorno às monoculturas (do capital).

Nos cerrados, com a *sofisticação* da sociedade, bem como de outras culturas, milho e cana de açúcar para o etanol, compõem esta realidade das novas monoculturas do agronegócio neoliberal. Embora vigoroso, enquanto produção de grãos e instalação de uma sofisticada estrutura de tecnologias para produção agrícola no interior do país, não foi capaz de evitar o desequilíbrio ambiental, com a salinização e/ou desertificação do solo, o contágio, pelo agrotóxico, dos rios, animais e mesmo seres humanos.

Inserida ainda na guerra total (Golbery *cit.* Mattelart, 1979: 259), e num período mais duro do regime militar, é que se dá o avanço, de maneira objetiva e contínua, do capital sobre os cerrados, por meio de políticas públicas de Estado. Ou seja: como estratégia e sob um controle policialesco dos movimentos sociais populares, incluindo uma censura prévia até mesmo à chamada mídia-suporte, as forças armadas, notadamente o exército, continuam sua trajetória de intervenção no campo para assegurar a consolidação dessa nova etapa do capital sobre a região.

Ora, pela repressão, com prisões e torturas, pois “uma das principais acusações a essas pessoas era de que defendiam o voto do analfabeto e se manifestavam a favor da reforma agrária” (Leão *cit.* por Salles, 2008, p. 40-41); ora, pela *limpeza do terreno* a camponeses e povos indígenas (Kotscho, 1981; Martins, 1982), submetidos, ainda, a campos de concentração (Campos, 2014). O conhecimento, então, torna-se um guia, “la conscience politique de l’Etat”, diria Haushoffer - ao repetir, agora, as ambições e equívocos do que se definiu como do espaço vital.

A geopolítica passa a ser a disciplina que “*étudie comment la géographie et la distribution de l’espace imposent ou tout au moins suggèrent une politique déterminée d’Etat* (Golbey *cit.* por Mattelart, *op.cit.*, p. 258). Era preciso, a todo custo e métodos⁶, assegurar a aplicação das políticas públicas e, ao mesmo tempo, preservar os investimentos e seus lucros:

Développement et sécurité sont liés para une relation de causalité réciproque. D’un côté la véritable sécurité suppose un processus de développement économique et social [...] D’autre part, le développement économique et social suppose un minimum de

sécurité et de stabilité des institutions. Et non seulement des institutions politiques qui conditionnent le niveau et l'efficacité des investissements de l'Etat, mais aussi des institutions économiques et juridiques qui, en garantissant la stabilité des contrats et des droits de propriété, conditionnent le niveau et l'efficacité des investissements privés" (Castelo Branco cit por Mattelart, op.cit: 251).

Como a *guerra alimentar*, articulada no plano internacional, mas executada, enquanto guerra total, no âmbito interno, enfrenta resistências de povos e grupos populares, esta lógica, além da pressão militar e pistoleiros, precisará da cumplicidade, imposta ou voluntária, de magistrados, políticos, meios de comunicação e jornalistas, como instituições-suportes (Marcondes,1985). Afinal, "*la a nécessité de vaincre "l'ennemi" ouvrier et paysan et l'impossibilité de rallier l'ensemble de la petite bourgeoisie accroissent la necessite d'une mainmise sur les esprits*" (Mattelart, op.cit,p. 280).

Para as lidas simbólicas, *sur les esprits*, o regime considera, para o autor, a comunicação como um ato de subversão (Mattelart, p. 252), e, em cujos limites, vão ser enquadrados, com muito rigor, jornalistas, intelectuais, meios de comunicação (alternativos e populares ou os que se enquadram no conceito de mídia-suporte), estudantes, padres, freiras, sindicalistas, trabalhadores da cidade e do campo, quilombolas e povos originários, etc. Assim, o artigo 45, do AI-5, enquadrava um universo social amplo e diverso como atividades de propaganda subversiva:

[...] utilisation de tout moyen de communication sociale, journaux, revues, périodiques, livres, bulletins, tracts, radio, télévision, cinéma, théâtre, et de tout moyen de même genre, como véhicule de propagande révolutionnaire ou subversive". Ains, les réunions sur les lieux de travail, la constitution de comités, de réunions publiques, défilés, ou manifestations, de grèves interdites, l'injure, de calomnie ou la difamation touchant l'autorité publique dans l'exercice de ses fonctions [...] (Mattelart, p. 254).

A dimensão dos atos de resistência ou recusa, levam, portanto, os estados militares do cone sul a desconsiderar o *custo social* dessas práticas em proveito do Estado, "seigneur tout puissant de la guerre", pois, a totalidade do esforço político, econômico, cultural e militar reivindica, também, que a totalidade da população esteja submetida "aux mêmes dangers, les mêmes sacrifices, les mêmes renoncements à des libertés" (Mattelart, p. 252). No entanto, portadores de um outro projeto de sociedade, aqueles sujeitos sociais passam a ser o grande desafio, nas lonjuras do sertão e de seus cerrados: "Eu vi um daqueles lagos, no extremo do Mato Grosso, tinto de sangue de peões que tentavam fugir, literalmente tinto de sangue, avermelhado" (Casaldáliga, 1998, p.25).

Assim, a guerra interna contra *os tapuias* se repete ciclicamente para, em nome agora de um Estado determinado na consolidação de uma pauta desenvolvimentista, garantir os avanços do capital: a guerra bacteriológica, a exemplo de Palmares, despenca de avionetas, roupas e açúcar envenenado agora sobre os guerreiros Xavante (U Kururu,

1987), do Mato Grosso, para facilitar a implantação das fazendas e dos gaúchos e, desta maneira, assegurar (re) territorialização (Ribeiro, 2005a) no campo e no interior do país.

A formulação de uma teoria da Segurança Nacional, como estratégia total para uma guerra total, de acordo com Golbery (1979, p. 249), embora debatida quase sempre como se fosse esfera da macro política, especialmente com os anseios imperialistas dos militares e, de certo modo, de parcela significativas das elites, se efetivou, de maneira bem concreta, nas micros esferas dos universos populares no campo, para se assegurar as políticas estruturais em relação à terra, seguindo às recomendações do capital e os interesses estratégicos, dos Estados Unidos, naquele momento. E pelo que, parece, hoje também. O veneno parece, de forma irremediável, à mesa (Tendler, 2011).

O veneno que está, todo dia, à mesa – uma revolução verde (?)

Desse modo, ao aprofundar a compreensão desse processo de sofisticação da sociedade, com a ocupação, via agronegócio, dos cerrados, torna-se claro que, desde a consolidação da revolução verde nos anos de 1960 em toda a América Latina, liderada pelos Estados Unidos (Viebrantz, 2008), o consumo massivo de venenos aplicados nos solos, na água e no ar, tem seus grandes impactos no meio ambiente, e, sobretudo, na saúde de todos os seres vivos existentes. O Estado de Goiás, como base estratégica dessa etapa mais avançada capitalismo no campo, desponta, na atualidade, no quinto lugar no uso de agrotóxicos no Brasil.

Segundo ainda Murilo Souza⁷, da Universidade Estadual de Goiás e membro da Campanha Permanente contra o Uso de Agrotóxicos e Pela Vida, enquanto sua população consome, em média, - via ambiental, ocupacional e alimentar - 14, 38 litros por ano de agrotóxicos, o consumo médio do brasileiro é de apenas 4,5 litros/ano⁸. No entanto, no Mato Grosso⁹, estado ao lado e campeão nacional no uso de veneno no campo, se consomem 62, 08 litros/ano, por habitante.

Para, a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2005), cerca de cinco milhões de pessoas por ano são intoxicadas por agrotóxicos, com mais de 700 mil casos de efeitos adversos, como distúrbios neurológicos e malformações fetais, 80 mil casos de câncer, 660 mortes por dia, 25 mortes por hora, numa soma de um para 50 casos não registrados, ou seja, 250 milhões de pessoas intoxicadas no mundo, levando em consideração que são dados de mais de 10 anos, e que de lá pra cá o aumento de venenos e seus derivados tem crescido estrondosamente.

Somente de 2000 á 2012 no Brasil segundo o Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para a Defesa Agropecuária – SINDAG (2012), o uso intensivo de agrotóxicos cresceu 194%, e em áreas cultivadas de commodities¹⁰ agrícolas de grande interesse do agronegócio, como soja, cana, milho e algodão cresceram em média 100%. Notadamente

a discrepância em relação ao grande aumento do consumo de agrotóxicos em 12 anos e a diferença do crescimento das áreas plantadas é muito grande.

Pesquisas da Universidade Federal do Mato Grosso – UFMT, coordenadas pelo médico e pesquisador Wanderlei Pignati – revelam que, nos últimos 20 anos, as incidências de intoxicação desta natureza se aglomeram. Em Lucas do Rio Verde, Mato grosso, amostras de leite materno de 60 mulheres moradoras, sem nenhum contato direto com o campo, apresentaram, em 100% do material analisado, algum tipo de agrotóxico, incluindo o veneno DDT, proibido desde 2009 no país e, desde 1972, nos EUA, além do agrotóxico Endosulfan, hoje também proibido no Brasil.

Outro exemplo de alto índice de intoxicação foi à pulverização aérea em 2013, na Escola Municipal rural São José do Pontal na Cidade de Rio Verde – GO, que atingiu mais de 100 pessoas, em sua maioria crianças na hora do recreio, e que até hoje sofrem as sequelas do veneno *Engeo Pleno*, da multinacional Syngenta. Dentre as consequências graves: problemas no fígado, rins e na pele, falta de ar, alergias, menstruações de até três vezes ao mês e o aparecimento de cânceres.

Até o momento, nenhuma responsabilidade pelo crime foi designada tanto para o Estado, para a empresa aérea, como para o fabricante do chamado defensivo agrícola. Enquanto isso, essas substâncias tóxicas são vendidas e usadas livremente em todo o território nacional. O 2.4D, por exemplo, que é um dos ingredientes ativos do chamado “agente laranja”, fabricado pela Monsanto e considerado como um dos venenos mais tóxicos da atualidade – também usado pelos Estados Unidos durante a Guerra do Vietnã deixando um rastro de destruição no país.

Para a Organização Mundial de Saúde - OMS (2012) foram despejados 80 milhões de litros de venenos sobre o Vietnã durante 10 anos na Guerra, numa operação conhecida como "Operação Ranch Hand" ou “ajudante de fazendeiro”, onde as consequências das toxinas persistem até os dias atuais. No Brasil, considerando que a pulverização de agrotóxicos vem desde 1960, e ela não é somente pelo ar, mas pelo solo, pela água, pelo alimento, etc., ou seja, o meio ambiente sofre uma contínua contaminação de toxinas a mais de 50 anos.

A título de exemplo desse envenenamento que as atividades do agronegócio exportador provoca sobre os seres humanos e na natureza, levando-se em conta os índices de contaminação em Lucas do Rio Verde, ainda que não tenha um contato com o campo, pode-se estabelecer uma comparação entre os estragos produzidos pelo agente laranja, no Vietnã, e o uso agrícola de agrotóxicos em pulverizados nos processos de produção do agronegócio no Brasil, num comparativo quanto à intensidade, o volume, a duração e o tempo de exposição no meio ambiente.

Partindo desses elementos e considerando também a relação de extensão territorial e número de habitantes nos dois países, pode-se chegar à assustadora conclusão: o Brasil pulveriza 115 vezes mais do que, em 10 anos de Guerra, foi lançado sobre o Vietnã. Ou seja, sobre o país asiático, com 331.210 quilômetros quadrados e ou agente laranja; o agronegócio brasileiro, com 8,5 milhões de quilômetros quadrados e mais de 202 milhões de habitantes (IBGE, 2014), utilizou mais de 1 bilhão de litros em pulverização com defensivos agrícolas.

Segundo ainda a Organização das Nações Unidas - ONU (2012), dos 19 milhões de habitantes na época no Vietnã, mais de 3 milhões, dos 5 milhões que morreram na guerra, foram em consequência do Agente laranja. Já a OMS (2012) garante que 150 mil crianças da terceira geração, após 40 anos da pulverização no país, nasceram apresentando alta incidência de deficiências como síndrome de Down, paralisia cerebral e desfiguração facial extrema, sem braços e pernas, além de diversos tipos de cânceres.

Comunicação e violência simbólica no Brasil hoje

A chamada grande mídia brasileira, como parte constitutiva da própria lógica e estrutura do capital neoliberal, apesar de uma crise profunda oriunda tanto da revolução tecnológica – por não suportar a capacidade criadora das mídias sociais ou populares – e da perda de credibilidade em amplos setores sociais, por ser um dos pilares decisivos na construção de narrativas também não verdadeiras na tentativa de golpe civilista contra a presidenta eleita, Dilma Rouseff, vem trabalhando de maneira sistemática e articulada, quase três décadas, a criminalização dos movimentos e grupos sociais populares, povos originários e quilombolas. Ou seja,

Costumamos pensar que os meios de comunicação são essenciais a democracia, mas, atualmente, eles geram problemas ao próprio sistema democrático, pois não funcionam de maneira satisfatória para os cidadãos. Isso porque, por um lado, se põem a serviço dos interesses dos grupos que os controlam e, por outro, as transformações estruturais do jornalismo – tais como a chegada da internet e a aceleração geral da informação – fazem com que os meios sejam cada vez menos fiáveis ou menos úteis a cidadania (Ramonet, 2013, p. 3).

Nessa conjuntura desfavorável aos cidadãos, o agronegócio que tem a maior concentração das terras do território brasileiro e, de maneira direta ou indireta, o monopólio dos meios de comunicação convencional e reivindica, para si, também o monopólio simbólico na sociedade. Neste sentido, até mesmo as autorizações de rádio comunitária acabam tornando-se moedas de troca no congresso, em todos os governos, e privilegiou políticos e entidades conservadoras, travestidos de entidades religiosas ou sociais. Raro o caso em que movimentos ou comunidades populares, na cidade e no campo, e povos originários e quilombolas foram contemplados com uma autorização.

Cabe, assim, a esses meios cumprir a tarefa de favorecer, ainda que contra elementos objetivos da realidade, os interesses do agronegócio que concentra hoje, segundo dados do Instituto de Colonização e Reforma Agrária – INCRA (2015), 50% das terras no país, embora represente apenas 1% dos produtores rurais. Ao agronegócio se atribui até mesmo a responsabilidade pelo crescimento da economia nacional, da geração de empregos, da agricultura moderna e tecnológica e da produção dos alimentos que saciam o mundo e, sobretudo, os alimentos saudáveis. Na realidade, conforme dados do INCRA (2012), a agricultura familiar põe à mesa aproximadamente 75% do que se come nos lares brasileiros.

As grandes corporações midiáticas brasileiras, assim, correspondem e se conectam diretamente com a estrutura de poder e de lutas de classes.

Lembremos que os donos dos meios de comunicação não são nem mesmo empresários do ramo, mas empórios empresariais com ações e interesses em todos os setores, desde multinacionais das telecomunicações que controlam os canais de divulgação da informação até grupos bancários imprescindíveis para seu financiamento. E sua visibilidade depende dos grandes anunciantes, como as empresas de hidrocarbonetos, automobilística, magazines (Serrano, 2013, p. 74).

O projeto Donos da Mídia (2010), que tem mapeado nos últimos anos os grandes proprietários dos meios de comunicação no Brasil, identifica, além dos grandes grupos empresariais da informação, os políticos que também são donos desses meios. Que, como se sabe, depende, para liberação ou outorga, de aprovação do Congresso. Dos 9.477 veículos de comunicação existentes, 324 são registrados como pertencentes a 271 políticos brasileiros. Dos quais 147 veículos são de prefeitos, 55 de deputados estaduais, 48 de deputados federais e 20 de senadores, em que em sua maioria absoluta são políticos pertencentes a partidos da Bancada Ruralista, ou seja, políticos que por sua vez possuem grandes conglomerados de terras, ou são apartados aos interesses do agronegócio ou são patrocinados por megacorporações multinacionais agroquímicas ou de máquinas, onde estão distribuídos em partidos como o DEM, PMDB, PSDB, PP, PSB, PPS, PDT e PL¹¹.

Nesta estreita e antiga ligação de políticos e meios de comunicação, se assume uma união de poderes controlados por uma única linha vinculada a interesses do grande mercado do agronegócio e do capital. Como os meios de comunicação em grande parte são dirigidos por políticos ligados ao agronegócio e à bancada ruralista, revela-se, aí, a linha ideológica de informações, notícias e pautas que serão vinculadas por esses meios.

É claro que esses meios de comunicação apoiarão os políticos que propuserem mais poder para o mercado e menos para os cidadãos. Os jornais, os canais de televisão e as rádios, com seus colunistas, seus editoriais, suas reportagens por encomenda e suas informações manipuladas, lançar-se-ão como hienas contra qualquer um que ousar atentar contra os privilégios do mercado, pois foram criados para defendê-lo. E o mais grave: chamarão isso de liberdade de imprensa (Serrano, 2013, p. 75).

Outra estreita linha partidária do patronato midiático hegemônico são as associações do agronegócio brasileiro, como por exemplo, a Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG), fundada em 1993, com a finalidade central de afirmação do agronegócio no país. Aqui algumas das empresas que, segundo o site oficial da ABAG, totaliza cerca de 80 membros, entre elas grandes megacorporações transnacionais como os fabricantes de agrotóxicos e sementes transgênicas, a exemplo da Syngenta, Bayer S/A, Dow AgroSciences Industrial Ltda, Du Pont do Brasil S/A, Bunge Fertilizantes S.A, e Monsanto do Brasil Ltda.

Associados também o Sindicato Nacional da Indústria de Defensivos Agrícolas (Sindag), a Brasilagro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas, a Aprosoja Brasil, bem como alguns dos maiores bancos privados, como o Banco Itaú BBA S/A, Banco Rabobank Internacional Brasil S/A e Banco Santander S/A, e no seguimento midiático aqui é representada pela TV Globo. A característica marcante das grandes associações do agronegócio são as influências que se entrelaçam entre as transnacionais, a Bancada Ruralista e os grandes meios de comunicação. Ou seja, os grandes meios de comunicação do capital e do agronegócio.

Conclusão - uma comunicação compartilhada, por uma outra ciência e uma humanidade livre

A empresa capitalista, especializada na produção de monoculturas para exportação, por um lado, tenta na gestão do estado ou dos poderes de Estado, a exemplo do congresso brasileiro no momento, ampliar a concentração da propriedade e uso inadequado da terra; por outro, aumenta a cobiça sobre as terras de culturas ancestrais e todas as travas a qualquer distribuição, via reforma agrária. Isto porque, avisa Santos, com os avanços da ciência da vida, biotecnologia e microeletrônica, a biodiversidade passou a ser um dos “recursos naturais” mais preciosos e mais procurados.

No seu entender, as empresas farmacêuticas e de biotecnologia sabem que a biodiversidade está, “cada vez mais, no centro dos desenvolvimentos mais espetaculares e mais lucrativos”, nessa década. Concentrada, na atualidade, “nos países do Sul e predominantemente em territórios que pertencem historicamente aos povos indígenas” (Santos, 2006: 221). Razões pelas quais a desterritorialização, inclusive com massacres (Kotscho, op. cit), foi à tentativa da revolução verde de esvaziar o campo para o agronegócio, e a fúria narrativa, via meios de comunicação e das ciências agrônômicas ou sociais, contra demarcação de terras indígenas e quilombolas e a reforma agrária de qualquer natureza.

Neste sentido, se Lander (2005) lembra, de maneira oportuna, que coube às ciências sociais a derrota das forças populares, Boullier, de sua parte, atualiza a inquietação teórica quando diz que elas não cumprem mais o papel de contra-poder (“Les

sciences sociales ne jouent plus leur rôle de contre-pouvoir” (2015), nas sociedades. Para ele, as ciências sociais parecem não perceber que outros atores contribuem na análise sobre estas mesmas sociedades, enquanto os pesquisadores se centram, em demasia, nas demandas do Estado, sem conferir espaços às vibrações, fenômenos de propagação social, e às tecnologias que os favorecem.

Na contramão das ciências agrônômicas, de um modo em geral, Mostafa Habib, costumava, em suas críticas mais duras ao modelo agronegócio, dizer que era algo arcaico, pouco inteligente por exportar grãos, pelo uso de agrotóxicos e transgênicos que, segundo ele, precisa, ao contrário do que dizem as empresas, de mais defensivos. De críticas dessa natureza, chega-se, entre algumas correntes de especialistas e movimentos sociais da agricultura familiar, a definir o processo, no todo, como sugere uma jornalista de língua hispânica, - *Agroburrice: La ignorancia y la estupidez del agro* (Gomez, 2011).

Na perspectiva de Porto Gonçalves, face a tudo isto, povos e grupos dos cerrados centrais do Brasil – e em todo continente –, para além das contradições e fragilidades enquanto indivíduos e coletividades, são portadores de conhecimentos sobre a ecologia de espécies diversas, o que envolve, certamente, modos específicos de apropriação material/simbólica da natureza, matrizes de racionalidades distintas, fundamentais nesse momento de busca de novas referências paradigmáticas para a relação homem-natureza. Razões pelas quais, considera que é preciso reconsiderar o significado desses povos e suas culturas face à importância que têm para o futuro de toda humanidade.

Para o autor, ainda,

É a questão básica, não da produção de alimentos, mas da reprodução que está em jogo na luta pelo controle das sementes que, no fundo, é uma luta pelo modo de produção nos sentidos material e simbólico do modo de comer que caracteriza cada cultura, cada povo. Assim, o debate em torno da transgenia é, também, político e epistêmico. (Porto Gonçalves, p. 173).

A terra, assim, permanece estratégica. Como mercadoria ou propriedade coletiva e/ou comunitária. A desterritorialização foi, no início, vital para fazer desaparecer o sentido das terras comuns e liberar uma mão-de-obra para dar suporte a processo de industrialização iniciante. Assim, na Inglaterra, os atos de gabinete (*lois d'enclosure/ Acts of enclosure*), entre 1700 a 1845, fazem desaparecer as terras comunais. Era preciso desvincular o homem da terra como meio de fazer *circular* os homens e a terra, onde a segunda passaria uma mercadoria e mero meio de produção (Perez-Vitória, 2005).

Assim, uma das alternativas realizáveis, seria a agroecologia que, além do uso dos ritmos astronômicos nas culturas, prevê a transformação de determinadas áreas em organismos agrícolas, onde vários componentes possam interagir de forma otimizada, caracterizando-se pela utilização de preparados biodinâmicos, elaborados com base em

plantas medicinais, esterco e sílica (Jovchelevich 2007). E, em segundo lugar, de acordo com Henderson (2012), representa um conceito dos anos 1970, com Bill Mollison e David Holmgren, que tem como princípios básicos: todos os organismos dependem do sol; todos os organismos estão relacionados entre si; a energia flui e os nutrientes ciclam naturalmente; os sistemas evoluem para a diversidade.

Só, a título de conclusão final, as alternativas desses povos e grupos, via suas práticas de agricultura coletiva e comunitária, nos gerais, de todos (Porto Gonçalves, 2006, p.170) se garantiriam a vida sustentável sobre o planeta, a segurança alimentar para a humanidade; a superação do trabalho escravo como franja inevitável do agronegócio, na acumulação capitalista. E, com bases nos saberes tradicionais e coletivos, bem como no diálogo com outras científicidades éticas e generosas - no produzir para e como todos¹², construir e co-gerir uma rede de comunicação e conhecimento para realizar, a seu modo, o compartilhar, as lutas simbólicas vitais para a sua continuidade, enquanto indivíduos e coletividades.

Bibliografia

- ANA. Articulação Nacional de Agroecologia. Carta Política do III Encontro Nacional de Agroecologia (ENA). Juazeiro/BA, 2014.
- Associação Brasileira de Agronegócio – ABAG. (2001) Recuperado de: <<http://www.abag.com.br/index.php?mpg=01.01.01>>.
- Barbosa, A.S. (2002). Andarilhos da Claridade – os primeiros habitantes do Cerrado. Goiânia: Universidade Católica de Goiás/Instituto do Trópico Subúmido.
- Bessis, Sophie. (1979). L'arme alimentaire, Paris, François Maspero.
- Brasil. (1999, 17 de maio) Instrução Normativa número 007.
- Boulier, D. (03 de setembro de 2015). Entrevista sobre ciências sociais e contra-poder nas sociedades da informação. (Laure Belot, entrevistadora). image: http://ced.sascdn.com/diff/690/4407535/300x600_MGEN.jpg
- Campos, A. (2014, 02 de abril). Ditadura criou campos de concentração indígenas.
- Carta Maior. Recuperado de <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Direitos-Humanos/Ditadura-criou-campos-de-concentracao-indigenas/5/30641>
- Casaldáliga, P. (febrero de 1998). Entrevista sobre ciência, sociedade e violência no campo. (Redaction de Caros Amigos (11), entrevistadora).

- Carta Povos dos Cerrados (2007). Carta política do II Encontro Nacional de Povos das Florestas. Brasília. Recuperado de http://www.redecerrado.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=66:redes-cerrado-lancarta-polca-no-ii-encontro-nacional-dos-povos-das-florestas&catid=3:curtas&Itemid=48
- Coletivo UFG (1987, dezembro). Resistir é viver – Au'wê/Xavante. U Kururu, 32 p.
- Cunha, Euclides (2010). Os sertões. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. ISBN: 978-85-7982-007-6. Recuperado de <http://static.scielo.org/scielobooks/tw4bm/pdf/cunha-9788579820076.pdf>
- Globo Rural. (2013, 3 de março). Bio-Natur. TV Globo.
- Escobar, A. (2000). El lugar de la naturaleza y la naturaleza del lugar: ¿globalización o postdesarrollo? En: Lander, Edgardo (comp.) *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas*. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, Argentina. Julio. p. 246.
- Gomez, G. (2011, 11 de julho). Agroburrice: la ignorancia y la estupidez del agro. Ecodebate. Cidadania & Meio Ambiente. Recuperado de <http://www.ecodebate.com.br/2011/07/11/agroburrice-la-ignorancia-y-la-estupidez-del-agro-por-graciela-gomez/>
- Halimi, S. (2003). Les luttes anticapitalistes aux médias: constestation des medias ou constestations pour les medias. En. Infokiosques. Seminário Observation et critique des medias: les medias et les luttes sociales. Forum social europeu.
- Henderson, D. F. (2012). Permacultura: as técnicas, o espaço, a natureza e o homem. (Monografia.) Instituto de ciências sociais da Universidade de Brasília: Brasília.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2012; 2013). Recuperado de: <http://www.ibge.gov.br/home/>.
- Jovchelevich, P. (2007). Rendimento, Qualidade e conservação pós-colheita de cenoura (*Daucus carota* L.). sob cultivo biodinâmico, em função dos ritmos lunares. (Dissertação de mestrado) Faculdade de Ciências Agrônômicas, Universidade Estadual Paulista: Botucatu.
- Kotscho, R. (1981). O massacre dos posseiros: conflitos de terras no Araguaia-Tocantins. S. Paulo: Editora Brasiliense.

- Lander, E. (2005). Ciencias sociales: saberes coloniales y eurocéntricos. En Lander, E (comp.) *et al. La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas* ISBN 950-9231-51-7 Buenos Aires: CLACSO
- Marco referencial em agroecologia (2006). Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. – Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica. 70.
- Marcondes, C.F. (1986). *O capital da notícia: jornalismo com produção social da segunda natureza*. S. Paulo: Editora Ática.
- Martins, E. (1982). *Nossos índios, nossos mortos*. Volume 28 of Coleção Edições do Pasquim. Rio de Janeiro: CODECRI.
- Martins, J.S. (1985). *A militarização da reforma agrária no Brasil*. Petrópolis: Vozes.
- Mattellart, A. e Mattelart, Michèle (1979). *De l'usage des medias en temps de crise*. Paris. A. Moreau.
- Mendonça, M.R. (2004). A urdidura espacial do capital e do trabalho no Cerrado do Sudeste Goiânia. (Tesis doctoral). Universidade de S. Paulo (Unesp): Presidente Prudente.
- Mostafa Habib, M. E. D. (3 de agosto de 2011). Entrevista sobre agronegócio e agrotóxicos, a agroburrice. (Graziela Wolfart e Patricia Fachin, entrevistadoras)
- O ministro de Estado da Agricultura e do Abastecimento (26 julho de 2016) Recuperando de http://ibd.com.br/Media/arquivo_digital/c40fe6c4-51f3-414a-9936-49ea814fd64c.pdf.
- Organização Mundial da Saúde (OMS, 2012). Recuperado de <http://www.who.int/es/index.html>. Acesso em: 25 jul. 2016.
- Pádua, J. A. (2006, 01 de março). Uma história viva do Cerrado. Resenha. Recuperado de: <http://www.oeco.com.br/todos-os-colunistas/67.17224-oeco-15896>
- Porto Gonçalves, C. W. (2003). A geograficidade do social: uma contribuição para o debate metodológico sobre estudos de conflito e movimentos sociais na América Latina. En Seoane, José. *Movimientos sociales y conflictos en América Latina*. Clacso – Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Buenos Aires: OSAL.
- Porto Gonçalves, C. W. (2006). “A Reinvenção dos Territórios: a experiência latino-americana e caribenha”. En Ceceña, Ana Esther. *Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado*. Buenos Aires: CLACSO. pp.151-197.

- Ramonet, I. (2013). *Meios de P. Mídia, poder e contrapoder: da concentração monopólica à democratização da informação*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FAPERJ, 2013.
- Projeto Donos da Mídia (2010, 27 de julho). Recuperado de <<http://www.fndc.org.br/arquivos/donosdamidia.pdf>>. Acesso em: 27 jul. 2016.
- Ribeiro, A. C. T. (2005a). “Outros territórios, outros mapas”. In *OSAL267*. ano VI.n. 16, janeiro-abril.
- Ribeiro, R. F. (2005b). *Florestas Anãs do Sertão: o Cerrado nas História de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica Salles, Antônio Pinheiro (coord.) et al.(2008) *A ditadura militar em Goiás: depoimentos para a história*. Goiânia: Poligráfica.
- Santos, B. S. (2006). Nuestra América: reinventar um paradigma subalterno de reconhecimento e redistribuição. En *Gramática do Tempo: para uma nova cultura política*. S. Paulo: Cortez. pp.182-225.
- Serrano, P. (2013). *Democracia e liberdade de imprensa*. En: Moraes, D.; Ramonet, I; Serrano, P. *Mídia, poder e contrapoder: da concentração monopólica à democratização da informação*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FAPERJ, 2013.
- Silvio Tendler (Dirección). (2011). O Veneno Está na Mesa (documentário). Brazil.
- Vietrantz, Kerli Paula Melz (2008). A extensão rural: ambiente, agricultura e associativismo. En *Revista Grifos (25)*. Dezembro. Unochapecó. pp.126-145.
- Peréz-Vitória (2005). Les paysans sont de retour. Paris: Actes Sud.
- Silvio Tendler (Dirección). (2011). O Veneno Está na Mesa (documentário). Brazil
- Vietrantz, K. P. M. (2008). A extensão rural: ambiente, agricultura e associativismo. En *Revista Grifos (25)*. Dezembro. Unochapecó. pp.126-145.

Notas

¹ [...] o que era inicialmente determinismo naturalista tornou-se, com o tempo, determinismo geográfico. Essa redução naturalista tem sido um dos principais obstáculos ao necessário diálogo entre essas disciplinas. Há outros, é claro, como o privilégio dado ao tempo em relação ao espaço na tradição do pensamento ocidental [...] assim como a instrumentalização do saber geográfico pelo colonialismo e pelo imperialismo por meio da geopolítica. Várias foram as consequências desse divórcio entre a geografia e as ciências sociais, entre os quais destaco, por sua importância nas questões que hoje se apresentam para superar os

impasses teóricos e políticos que atravessamos: não termos conseguido dar uma solução adequada ao significado da natureza no devir social, prisioneiros que ficamos de um pensamento eurocêntrico onde natureza e sociedade são termos que se excluem reciprocamente ou são pensados numa relação de causalidade unilateral seja da natureza para a sociedade (naturalismo), seja da sociedade para a natureza (antropocentrismo); e ignorarmos a dimensão espacial, na sua materialidade historicamente constituída. Enfim, não consideramos devidamente a geograficidade do social. (Porto Gonçalves, 2003).

² “Então, destacadas das grandes ilhas emergentes, as grimpas mais altas das nossas cordilheiras mal apontavam ao norte, na solidão imensa das águas [...] Não existiam os Andes o Amazonas, largo canal entre altiplanuras das Guianas e as do continente, separava-as, ilhadas. Para as bandas do sul o maciço de Goiás - o mais antigo do mundo - segundo a dedução de Gerber, o de Minas e parte do Planalto Paulista, onde fulgurava, em plena atividade, o vulcão de Caldas, constituíam o núcleo do continente futuro. (Cunha, 2010, p.17 - capítulo I, a terra, um sonho de geólogo).

³ Povos que vivem, atualmente, nos Cerrados Centrais, incluindo o Pantanal e fronteiras com Bolívia e Paraguai: Karajá, Karajá do Norte, Kayapó, Kambo, Kinikinau, Kisêdiê (suyá), Krahô, Krahô-Canela, Kuikuro, Mahinaku, Manky Manaki, Munduruku, Nahukuá, Nambikwara, Naruyotu, Ofaié, Paraná, Paresi, Rinbaktasa, Surui Paiteu, Tapirapé, Tapuia, Terena, Timbira, Trumái, Umutma, Wauia, Xavante, Xerente, Yawanawá, Yudia e Zoró, Apiará, Apinagé, Arara do Rio Branco, Bakatiri, Awaté, Bororo, Chamacoco, Chiquitano, Enawunê-nawê, Cinta Larga, Guarani, Guarrani-Kaiowá, Guató, Iranxe Manoki, Javaé, Kadivêw (Guaikuru) Kaiabi, Kalapalo, Kamaiurá.

⁴ [...] a exemplo do que já foi discutido para os grupos indígenas do Cerrado, era nos campos e área de vegetação aberta e não nas matas que encontravam recursos naturais mais abundantes para a sua sobrevivência. (desta forma reproduziam a estratégia indígena de partir em expedições de caça e coleta, enquanto as lavouras de milho se desenvolviam próximo da aldeia ou, no caso, do arraial. (Ribeiro, *op.cit.*: 168)

⁵ John Block, mesmo antes de assumir o cargo de ministro de Agricultura, do governo Reagan, deixa escapar a espinha dorsal da política externa/econômica norte americana, naquele período «*L'arme alimentaire est la plus importante dont nous disposions actuellement pour maintenir la paix dans le monde.*» (Bessis, 1979)

⁶ Para Pinochet, como para os novos geopolíticos, o conhecimento e o espaço terrestre passam a ser fundamentais nesta estratégia: “C’est la branche des sciences politiques qui, sur la base de la connaissance historique, économique, stratégique et politique, du passé et du présent, étudie l’ensemble de la vie humaine, organisée sur un espace terrestre, afin d’atteindre dans l’avenir le bien-être du peuple” (Pinochet, 1974, cit por Mattelart, *op.cit.*: 258)

⁷ Murilo Mendonça Oliveira de Souza, professor e pesquisador da Universidade Estadual de Goiás (UEG), membro da Campanha Permanente Contra o uso de Agrotóxicos e Pela Vida, em entrevista a autora em 06 de abril de 2016, em Goiânia – GO.

⁸ Dados calculados pelo pesquisador Murilo Mendonça Oliveira de Souza a partir da quantidade de venda de agrotóxicos no Brasil segundo o Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Agropecuária - SINDIVEG (2013), e da quantidade de população brasileira segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE (2013).

⁹ Dados calculados pelo Murilo Mendonça Oliveira de Souza a partir da quantidade de venda de agrotóxicos no Brasil segundo o Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Agropecuária - SINDIVEG (2013), e da quantidade de população brasileira segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE (2014).

¹⁰ Commodities é uma palavra em inglês, que segundo o dicionário Michaelis é o plural de commodity que significa mercadoria. Esta palavra é usada para descrever produtos de baixo valor agregado. Ver: Moderno Dicionário Inglês & Português. Volp, 5. ed, abril 2016.

¹¹ Democratas (DEM), Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Partido Progressista (PP), Partido Socialista Brasileiro (PSB), Partido Popular Socialista (PPS), Partido Democrático Trabalhista (PDT), Partido Liberal (PL).